INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO-INDSH
CENTRO INTEGRADO DE INCLUSÃO E REABILITAÇÃO - CIIR

(CNPJ 23.453.830/0017-37)

Demonstrações Financeiras

Balço Patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 2018				Demonstração do Superávit do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2019 e do período de 08 de Março a 31 de Dezembro de 2018			
Em Reais (R\$)				Em Reais (R\$)			
Ativo	Nota	2019	2018	Nota	2019	2018	Período de 08/03 a 31/12/2018
			Reapresentado			Reapresentado	Reapresentado
Circulante		21.795.659	11.325.531				
Caixa e equivalentes de caixa	4	18.124.846	7.635.123	Receitas Operacionais	14	35.487.057	20.450.202
Contas a receber	5	2.641.070	2.957.255	Serviços prestados pacientes SUS		35.487.57	26.493.939
Estoques		909.177	447.843	(-) Glosa por implantação		-	(6.043.737)
Adiantamento funcionários		440	27.432	Custos		(19.681.068)	(8.749.051)
Outros créditos		107.005	231.254	Pessoal e encargos		(6.150.278)	(3.593.352)
Despesas antecipadas		13.122	26.624	Serviços de terceiros		(11.609.206)	(5.070.292)
Não Circulante		6.875.361	5.297.767	Materiais e medicamentos		(1.921.584)	(85.407)
Partes relacionadas	8	1.850.000	650.000	Despesas		(4.544.480)	(2.992.966)
Imobilizado – gestão pública	6	4.620.171	4.119.146	Pessoal e encargos		(1.537.569)	(898.338)
Intangível – gestão pública	7	405.190	528.621	Despesas gerais e administrativas	15	(3.001.023)	(2.074.593)
Total do Ativo		28.671.021	16.623.298	Depreciação/amortização		(671.550)	(422.229)
				Impostos, taxas e contribuições		(5.888)	(20.035)
				Outras receitas e despesas operacionais		671.550	422.229
Passivo				Financeiras, Líquidas		466.666	250.546
			Reapresentado	Receitas financeiras		488.439	265.742
Circulante		2.534.428	1.548.028	Despesas financeiras		(21.773)	(15.196)
Fornecedores	9	1.184.547	855.747	Superávit do Exercício / Período		11.728.175	8.958.731
Obrigações trabalhistas	10	940.755	341.110				
Obrigações sociais	11	153.001	105.164				
Obrigações fiscais		74.433	61.066				
Outras contas a pagar		2	4.698				
Partes Relacionadas	8	181.690	180.243				
Não Circulante		5.444.989	6.116.539				
Receitas diferidas	12	5.444.989	6.116.539				
Patrimônio Líquido	13	20.691.604	8.958.731				
Patrimônio social		8.963.429	-				
Superávit acumulado		11.728.175	8.958.731				
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		28.671.021	16.623.298				

Demonstração dos Fluxos de Caixa do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2019 e do Período de 08 de Março a 31 de Dezembro de 2018 - Em Reais (R\$)

	2019	2018 - Reapresentada		
Fluxos de caixa de atividades operacionais				
Superávit do exercício	11.728.175	8.958.731	Ajustes patrimoniais	4.698
Ajustes para conciliar o resultado:			Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	12.737.420
Depreciação/amortizações	671.550	422.229	Caixa líquido aplicado das atividades de investimento	(1.049.144)
(=) Superávit ajustado	12.399.725	9.380.960	Aquisição de imobilizado	(1.049.144)
Varições no circulante das contas de ativo e passivo	337.695	3.793.916	Aquisição de bens do intangível	-
Redução / (Aumento) dos créditos – circulante	467.426	(3.215.941)	Caixa líquido aplicado das atividades de financiamento	(1.198.553)
Aumento de estoques	(461.334)	(447.843)	Partes relacionadas	(1.198.553)
Redução / (Aumento) das despesas exercício seguinte	13.502	(26.624)	Aumento no caixa e equivalentes de caixa	10.489.723
Aumento de fornecedores	328.800	855.747	Varição em caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	
Aumento de obrigações trabalhistas	599.645	341.110	Saldo existente no início do exercício	7.635.123
Aumento de obrigações sociais	47.837	105.164	Saldo existente no final do exercício	18.124.846
Aumento de obrigações tributárias	13.367	61.066	Aumento no caixa e equivalentes de caixa	10.489.723
(Redução) / Aumento de outras obrigações	(4.696)	4.698		
(Redução) / Aumento das obrigações – não circulante	(671.550)	6.116.539		

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2019 e do Período de 08 de Março a 31 de Dezembro de 2018 - Em Reais (R\$)

1. Contexto Operacional: a) **Objetivos Sociais:** O Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação (CIIR) está localizado em Belém (PA), e faz parte da rede pública do estado, que contempla o CER IV, CEO II e a oficina ortopédica. O complexo presta serviços de assistência médica, odontológica, reabilitação, capacitação, oficinas para produção de próteses, serviços de apoio e diagnósticos. Todo atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita. b) **Contrato de Gestão:** O contrato de gestão do Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação (CIIR) foi firmado em 22 de novembro de 2017, porém as atividades foram iniciadas em 08 de março de 2018 e o atendimento ao público em 18 de junho de 2018. O Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), realiza a gestão por meio de contrato nº 002/SESPA/2017, vigente até 21 de novembro de 2022. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:

Âmbito	Legislação	Publicação
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967

A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde - CEBAS, cuja manutenção foi deferida para o triênio 1º janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020, pela portaria nº 78 de 18.01.2018, pelo Ministério da Saúde. c) **Impactos da COVID-19 nas operações:** A Entidade vem promovendo o treinamento de seus profissionais e prestadores de serviços acerca dos procedimentos de identificação, controle e tratamento de eventuais pacientes diagnosticados com a COVID-19. A Administração julga não haver fatores que impliquem em impactos imediatos e significativos nas operações de gestão da Unidade. **2. Apresentações das Demonstrações Contábeis e Principais Práticas Contábeis:** **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a Lei 12.101/2009 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. As demonstrações contábeis foram aprovadas, pela Administração, em 13 de março de 2020. **2.2. Base de mensuração e apresentação:** As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Estas demonstrações

contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. **2.4. Principais práticas contábeis:** a) **Caixa e equivalente de caixa:** São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. b) **Estoques:** São demonstrados ao custo médio de aquisição, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. c) **Ativo imobilizado:** Os imobilizados de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. e) **Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. f) **Julgamentos e estimativas:** A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. **Provisões para riscos judiciais:** A Entidade reconhece, quando identificadas, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. Ajuste para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa: É constituída, quando aplicável, em

continua >